

O método da economia política.

Karl Marx

Apresentação de João Quartim de Moraes e tradução de Fausto Castilho

Apresentação

Poucos textos de Marx ocupam posição tão singular em sua obra quanto “O método da economia política”, terceiro dos quatro tópicos da “Introdução à crítica da economia política” (Einleitung zur Kritik der Politischen Ökonomie), conhecida mais simplesmente por *Introdução de 1857*, o mais notável, ao lado do estudo sobre as “Formas que precederam a produção capitalista”, dos escritos incluídos nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, conjunto de manuscritos econômicos redigidos por Marx em Londres durante o biênio 1857-58 e publicados pela primeira vez em Moscou em 1939.

A singularidade do texto que apresentamos no original, acompanhado da sólida e elegante tradução preparada por Fausto Castilho em 1996, está em que é a mais longa, densa e sistemática discussão sobre o método na obra de Marx. Ele também tratou do tema no Posfácio à 2ª edição alemã de *O capital*,¹ mas principalmente para comentar resenhas sobre a 1ª edição. Cita uma longa passagem de uma delas, publicada no *Correio Europeu* de São Petersburgo, em que o autor expõe o que chama o método efetivo (*wirkliche*) de *O capital*. Ora, nota Marx, o que essa exposição, “acertada” e “benevolente”, descreve é o “método dialético”. Mas, por mais pertinente que tivesse sido a caracterização de seu método pelo resenhista russo, ele julgou útil consagrar à questão os cinco parágrafos restantes do Posfácio, principalmente para esclarecer as relações entre sua dialética e a hegeliana.

¹ Datado de Londres, 24 de janeiro de 1873.

Declara primeiro que seu método “é a antítese” do hegeliano, mas, defendendo Hegel contra os que pretenderam enterrar-lhe a obra, enuncia o célebre tema da inversão materialista da dialética, que separa o núcleo racional do envoltório místico. É evidente a importância desse Posfácio para o debate sobre a postura de Marx perante a dialética e a herança hegeliana, porém é no texto sobre o método da economia política que ele mostra como seu método funciona.

Para os que já estão convencidos da importância de beber na fonte o legado teórico de Marx, a decisão de apresentar, ao lado de uma tradução confiável, o texto original do “método da economia política” não carece de justificações. Mas essa edição bilíngue não se dirige apenas ao pequeno grupo de marxistas brasileiros que conhecem razoavelmente o alemão. Ela talvez interesse mais ainda aos que só conseguem entender a frase original amparando-se numa tradução. Uns e outros tirarão proveito da possibilidade de comparar o texto traduzido com o texto escrito por Marx. Mesmo porque o que torna intelectualmente confiável uma tradução é a avaliação daqueles que estão preparados para efetuar essa comparação.

Em 1974, a Abril Cultural publicou *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos* de Karl Marx (volume XXXV da coleção Os Pensadores). J. A. Giannotti, que escolheu os textos, incluiu no volume, sob o título geral de *Para a crítica da economia política*, não somente o livro que leva esse nome (também conhecido por *Contribuição à crítica da economia política*), composto entre agosto de 1858 e janeiro de 1859, mas ainda a *Introdução de 1857*. Embora não seja arbitrário, já que efetivamente o projeto de Marx ao redigir a *Introdução* era colocá-la na abertura da obra maior que seria a *Crítica da economia política*, o procedimento não é feliz. Oferece ao leitor uma introdução que, além de terminar abruptamente, não apresenta continuidade com o livro que ela deveria introduzir. Tanto é assim que no prefácio de *Para a crítica da economia política*, datado de janeiro de 1859, Marx se refere, em quatro linhas, à “*Introdução geral*” de 1857, explicando que decidira deixá-la de lado porque “toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar”.² Esta decisão reflete sobretudo a tensão intelectual e as dificuldades materiais daqueles anos de gestação de sua obra fundamental.³

2 Na edição da Abril, cf. p.134.

3 O marxólogo Ruy Fausto descobriu um sentido profundo na não inclusão da *Introdução de 1857* do texto da *Crítica*. Segundo ele, ao perceber o risco de que a introdução fosse interpretada como “simplesmente[...] positiva”, Marx “decidiu finalmente eliminá-la”. Vimos que não é essa a razão que o próprio Marx alega. Mas R. Fausto pontifica: “A anti-introdução acaba assim por devorar a si mesma: não há apresentação fora da apresentação”. (Cf. R. Fausto. *Marx: logique et politique*. Paris: Publisud, 1986. p.95, nota 58). Descontada a metáfora autofágica, sobra, além da impertinência, um curioso paradoxo. Se fosse lícito descartar tão tranquilamente todos os escritos que Marx não publicou, não deveríamos, por exemplo, perder tempo com muitos outros escritos notáveis, como a *Ideologia alemã*, que ele abandonou, com a modéstia de sua imensa estatura intelectual, “à crítica roedora das ratazanas”. Empenhado na inglória tarefa de suprimir o que as ratazanas não corroeram, o audaz marxólogo apresenta outra razão para rejeitar aquele notável texto: Marx nele emprega várias vezes o termo “determinado”. A implicância terminológica de R. Fausto é espiciada pelo fato

Sabemos, com efeito, que a própria elaboração de *Para a crítica* foi interrompida, por força de dura e longa enfermidade, após a entrega ao editor do primeiro volume, que contém os dois primeiros capítulos do Livro I (intitulado “Sobre o capital”), que acabou sendo o único. Não é mera cláusula retórica a célebre comparação entre o limiar da ciência e a porta do inferno que encerra o prefácio de *Para a crítica*. Só dez anos depois da redação da *Introdução* seria publicado, em 1867, o primeiro volume de *O capital*. Esses dez anos correspondem, pois, ao período mais decisivo da produção teórica de Marx.

Como Fausto Castilho explica na nota que abre sua tradução, ele a empreendeu com o objetivo de oferecer um texto confiável aos que iriam acompanhar sua exposição. Sua sólida cultura filosófica e, em especial, seu denso conhecimento da obra de Hegel conferiram à exposição, que marcou o início das atividades do Cemarx, uma notável qualidade acadêmica e um excelente estímulo ao sempre aberto debate sobre a conexão hegelianismo/marxismo.

Vale, enfim, assinalar que, além das traduções já referidas (além das de Fausto Castilho e da Abril), o Arquivo Marxista na Internet apresenta uma versão portuguesa da “Introdução à crítica da economia política”. É um trabalho útil, mas com muitos defeitos, que vão da mera falta de cuidado na revisão até simplificações que banalizam a dimensão filosófica do texto de Marx.⁴

João Quartim de Moraes, janeiro de 2010

de que Althusser (de quem ele não gosta) e seu epígono Balibar recorrem à “repetição compulsiva do termo ‘determinado’[...]”, que lhes permite “dar a ilusão de um *setzen*” (isto é, de um “pôr”, no sentido ontologicamente forte), revelando, assim, “a exasperação do teórico diante da armadilha que lhe estende a linguagem, armadilha da qual, por razões que remontam ao coração mesmo de seu ideal de ciência, ele é impotente para escapar”. Novamente esquece que não só na *Introdução de 1857*, mas em outros textos, Marx também manifestou a mesma compulsão. O que certamente não podemos, ou melhor, já que o papel suporta todas as possibilidades, não devemos, é jogar nas costas de Althusser um pretense “tíque” que está presente no próprio Marx. Cf. p.92, nota 53. Cf. também p.93-4.

- 4 Assim, por exemplo, escrevem “consistência” em vez de “consciência” filosófica. Mero lapso, sem dúvida, mas é preciso prestar atenção no que publicamos. Mas traduzir *Voraussetzung*, categoria fundamental da filosofia clássica alemã (= pressuposição), por “ponto de partida” (que em alemão se diz *Ausgangspunkt*) é um erro puro e simples.



O método da economia política. Terceira parte da “Introdução à crítica da economia política” (1857)

Nota do tradutor

A *Introdução* [à crítica da economia política], composta decerto entre o final de agosto e a metade de setembro de 1857, permanece inédita até quando, achada em 1902 entre os papéis de Marx, *Die Neue Zeit* a publica em 1903. Ao aceitar o convite do professor João Quartim de Moraes para realizar, no quadro das atividades do Cemarx, que então se inauguravam, um seminário sobre a Terceira Parte, intitulada *O método da economia política*, logo me dei conta de que uma tradução do texto se impunha. A francesa, de autoria de Husson e Badia, frequentemente utilizada entre nós e, por via de consequência, as que no Brasil e em Portugal a partir dela se fizeram, padece de flagrante impropriedade no trato da terminologia e da conceituação de proveniência hegeliana. Ora, quando algumas páginas atrás (cf. supra, p.625)⁵ Marx se diz hegeliano (“ein Hegelianer”), há que se tomar ao pé da letra a declaração de identidade, como fica de resto amplamente corroborado ao longo do texto que nos ocupa.⁶ Se é verdade que Marx retoma e redefine muitas noções de origem hegeliana, ao fazê-lo, converte-as, porém, necessariamente, em pontos de amarração que o leitor não pode deixar de ter presentes.

Dado em cópia xerográfica, o texto alemão guarda a paginação de Karl Marx-Friedrich Engels: Einleitung [Zur Kritik der Politischen Ökonomie] 3. Die Methode der Politischen Ökonomie (1857). In: *Werke*, v.13, Berlin: Dietz Verlag, 1969, p.631-9. O tradutor espera, dessa maneira, facilitar a consulta do original durante o seminário.

Fausto Castilho,
Campinas, outubro de 1996

5 Fausto Castilho se refere à p.625 dos *Grundrisse*. O texto sobre o método começa na p.631.

6 Divergimos totalmente dessa afirmação. O termo “ein Hegelianer”, mencionado por Castilho, aparece na primeira parte da *Einleitung* (1. Produktion, Konsumtion, Distribution, Austausch [Zirkulation]), num contexto em que, longe de uma “declaração de identidade”, Marx ironiza a identificação da produção ao consumo. “Hiernach für einen Hegelianer nichts einfacher, als Produktion und Konsumtion identisch zu setzen. Und das ist geschehn nicht nur von sozialistischen Belletristen, sondern von prosaischen Ökonomen selbst, z.B. Say [...]”. A ironia é explícita: não só letrados socialistas, mas também prosaicos economistas identificam abstrata e superficialmente as duas categorias. O pressuposto deles é “considerar a sociedade como um sujeito único” (“Die Gesellschaft als ein einziges Subjekt”), ponto de vista que Marx classifica de “falso, especulativo”. (Nota de João Quartim de Moraes.)

Die Methode der Politischen Ökonomie

/p.631/

Wenn wir ein gegebenes Land politisch-ökonomisch betrachten, so beginnen wir mit seiner Bevölkerung, ihrer Verteilung in Klassen, Stadt, Land, See, den verschiedenen Produktionszweigen, Aus- und Einfuhr, jährlicher Produktion und Konsumtion, Warenpreisen etc.

Es scheint das richtige zu sein, mit dem Realen und Konkreten, der wirklichen Voraussetzung zu beginnen, also z.B. in der Ökonomie mit der Bevölkerung, die die Grundlage und das Subjekt des ganzen gesellschaftlichen Produktionsakts ist. Indes zeigt sich dies bei näherer Betrachtung [als] falsch. Die Bevölkerung ist eine Abstraktion, wenn ich z.B. die Klassen, aus denen sie besteht, weglasse. Diese Klassen sind wieder ein leeres Wort, wenn ich die Elemente nicht kenne, auf denen sie beruht, z.B. Lohnarbeit, Kapital etc. Diese unterstellen Austausch, Teilung der Arbeit, Preise etc. Kapital z.B. ohne Lohnarbeit ist nichts, ohne Wert, Geld, Preis etc. Finge ich also mit der Bevölkerung an, so wäre das eine chaotische Vorstellung des Ganzen, und durch nähere Bestimmung würde ich analytisch immer mehr auf einfachere Begriffe kommen; von dem vorgestellten Konkreten auf immer dünnere Abstrakta, bis ich bei den einfachsten Bestimmungen angelangt wäre. Von da, wäre nun die Reise wieder rückwärts anzutreten, bis ich endlich wieder bei der Bevölkerung anlangte, diesmal aber nicht als bei einer chaotischen Vorstellung eines Ganzen, sondern als einer reichen Totalität von vielen Bestimmungen und Beziehungen.

Der erste Weg ist (...)

O método da economia política

/p.631/

Ao considerar a economia política de um dado país, começamos por sua população, sua divisão em classes, distribuída pela cidade, campo e mar; os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e o consumo anual, os preços das mercadorias etc.

É que parece correto começar pelo real e pelo concreto, pela pressuposição efetivamente real e, assim, em economia, por exemplo, pela população: fundamento e sujeito do ato todo da produção social (*die Grundlage und das Subjekt des ganzen gesellschaftlichen Produktionsakts*). A uma consideração mais precisa, contudo, isto se revela falso. A população, por exemplo, se omito as classes que a constituem, é uma mera abstração. Estas últimas, por sua vez, são uma expressão vazia se não conheço os elementos sobre que repousam, a saber, o trabalho assalariado, o capital etc. E esses pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc., de sorte que o capital, por exemplo, nada é, sem o valor, o dinheiro, o preço etc. Se começasse pela população, haveria de início uma representação (*Vorstellung*) caótica do todo, e só através de determinação mais precisa (*durch nähere Bestimmung*) eu chegaria analiticamente (*analytisch*), cada vez mais, a conceitos (*Begriffe*) mais simples. Partindo do concreto representado (*von dem vorgestellten Konkreten*), chegaria a abstratos sempre mais tênues, até alcançar, por fim, as determinações mais simples (*die einfachsten Bestimmungen*). Dali, a viagem recomençaria pelo caminho de volta, até que reencontrasse finalmente a população, não já como a representação caótica de um todo (*eines Ganzen*), e sim como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (*als einer reichen Totalität von vielen Bestimmungen und Beziehungen*). O primeiro caminho é (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.632/

(...) der, den die Ökonomie in ihrer Entstehung geschichtlich genommen hat. Die Ökonomen des 17. Jahrhunderts z.B. fangen immer mit dem lebendigen Ganzen, der Bevölkerung, der Nation, Staat, mehren Staaten etc., an; sie enden aber immer damit, daß sie durch Analyse einige bestimmende abstrakte, allgemeine Beziehungen, wie Teilung der Arbeit, Geld, Wert etc., herausfinden. Sobald diese einzelnen Momente mehr oder weniger fixiert und abstrahiert waren, begannen die ökonomischen Systeme, die von dem Einfachen, wie Arbeit, Teilung der Arbeit, Bedürfnis, Tauschwert, auf stiegen bis zum Staat, Austausch der Nationen und Weltmarkt. Das letztre ist offenbar die wissenschaftlich richtige Methode.

Das Konkrete ist konkret, weil es die Zusammenfassung vieler Bestimmungen ist, also Einheit des Mannigfaltigen. Im Denken erscheint es daher als Prozeß der Zusammenfassung, als Resultat, nicht als Ausgangspunkt, obgleich es der wirkliche Ausgangspunkt und daher auch der Ausgangspunkt der Anschauung und der Vorstellung ist.

Im ersten Weg wurde die volle Vorstellung zu abstrakter Bestimmung verflüchtigt; im zweiten führen die abstrakten Bestimmungen zur Reproduktion des Konkreten im Weg des Denkens. Hegel geriet daher Einleitung zu den "Grundrissen" auf die Illusion, das Reale als Resultat des sich in sich zusammenfassenden, in sich vertiefenden und aus sich selbst sich bewegenden Denkens zu fassen, während die Methode, vom Abstrakten zum Konkreten aufzusteigen, nur die Art für das Denken ist, sich das Konkrete anzueignen, es als ein geistig Konkretes zu reproduzieren. Keineswegs aber der Entstehungsprozeß des Konkreten selbst. z.B. die einfachste ökonomische Kategorie, sage z.B. Tauschwert, unterstellt Bevölkerung, Bevölkerung produzierend in bestimmten Verhältnissen; auch gewisse Sorte von Familien- oder Gemeinde- oder Staatswesen etc. Er kann nie existieren außer als abstrakte, einseitige Beziehung eines schon gegebenen konkreten, lebendigen Ganzen.

Als Kategorie führt dagegen der Tauschwert ein Antediluvianisches Dasein. Für das Bewußtsein daher –und das philosophische Bewußtsein ist so bestimmt –, dem das begreifende Denken, der wirkliche Mensch und die begriffne Welt als solche erst die wirkliche ist – erscheint daher die Bewegung der Kategorien als der wirkliche Produktionsakt – der leider nur einen Anstoß von außen erhält –, dessen Resultat die Welt ist; und dies ist- dies ist aber wieder eine Tautologie – soweit richtig, als die konkrete Totalität als Gedankentotalität, als ein Gedankenkonkretum, in fact ein Produkt des Denkens, des Begreifens ist; keineswegs aber des außer oder über der Anschauung und Vorstellung denkenden und sich selbst gebärenden Begriffs, sondern der Verarbeitung von Anschauung und Vorstellung in Begriffe. Das Ganze, wie es im Kopfe (...)

O método da economia política

/p.632/

(...) aquele que a Economia percorreu em sua gênese histórica. Exemplo: os economistas do século XVII que sempre começam por um todo vivo (*dem lebendigen Ganzen*) – população, nação, Estado, vários estados etc. –, mas sempre terminam por algumas relações gerais, abstratas, determinantes (*einige bestimmende abstrakte, allgemeine Beziehungen*) – divisão do trabalho, dinheiro, valor etc. – que eles descobriram por análise. Tão logo esses aspectos individuais isolados (*diese einzelnen Momente*) achavam-se mais ou menos abstraídos e fixados, os sistemas econômicos começavam a elevar-se (*aufsteigen*) a partir dos elementos simples – o trabalho, a divisão do trabalho, as necessidades (*Bedürfnis*), o valor de troca, até o Estado, o intercâmbio entre as nações e o mercado mundial. É manifesto que este último caminho é o método cientificamente correto.

O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung* = concentração, síntese) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento (*im Denken*) como processo de concentração (síntese), como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação (*der Ausgangspunkt der Anschauung und der Vorstellung*).

No primeiro caminho, toda a representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano (*im Weg*) do pensamento. Foi o que levou Hegel a extraviar-se na ilusão de conceber o real (*das Reale*) como resultado de um pensamento que, em si mesmo se concentra, em si se aprofunda e por si se move (*das Reale als Resultat des sich in sich zusammenfassenden, in sich vertiefenden und aus sich selbst sich bewegenden Denkens zu fassen*), enquanto o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de o pensamento apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual (*als ein geistig Konkretes*), mas de maneira nenhuma se trata do processo da gênese (*der Entstehungsprozeß*) do próprio concreto. Por exemplo, a categoria econômica mais simples, digamos o valor de troca: ele já pressupõe a população, uma população que produz sob relações determinadas; pressupõe igualmente certa espécie de família ou de comuna ou de Estado etc. Ele jamais pode existir a não ser como uma relação abstrata, unilateral de um todo vivo, concreto, já dado. E, sem embargo, como categoria (*als Kategorie*), o valor de troca tem, ao contrário, uma existência antediluviana. Por isso, para a consciência – e isto determina a consciência filosófica –, para a consciência, só o pensamento conceitual é o homem efetivamente real e somente o mundo conceituado possui, como tal, efetiva realidade. De sorte que, para a consciência, o movimento das categorias (*die Bewegung der Kategorien*) assume a aparência de um ato efetivamente real de produção – recebendo de fora apenas um empurrão, aliás, deplorável –, cujo resultado é o Mundo. Isto é correto – trata-se, porém, novamente de uma tautologia –, mas correto somente na medida em que a totalidade concreta é tomada como totalidade pensada, como um concreto pensado, *in fact*, como um produto do pensamento, do conceito. De modo algum, porém, como produto de um pensamento alheio à intuição e à representação ou que se lhes sobrepõe, como produto de um conceito que, pensando, a si mesmo se gera (*ein Produkt... des... denkenden sich selbst gebärenden Begriffs*), mas como produto da elaboração conceitual da intuição e da representação (*der Verarbeitung von Anschauung und Vorstellung in Begriffe*). O todo, tal como ele na cabeça (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.633/

(...) als Gedankenganzes erscheint, ist ein Produkt des denkenden Kopfes, der sich die Welt in der ihm einzig möglichen Weise aneignet, einer Weise, die verschieden ist von der künstlerisch-, religiös-, praktisch-geistigen Aneignung dieser Welt. Das reale Subjekt bleibt nach wie vor außerhalb des Kopfes in seiner Selbständigkeit bestehen; solange sich der Kopf nämlich nur spekulativ verhält, nur theoretisch. Auch bei der theoretischen Methode daher muß das Subjekt, die Gesellschaft, als Voraussetzung stets der Vorstellung vorschweben.

Aber haben diese einfachen Kategorien nicht auch eine unabhängige historische oder natürliche Existenz vor den konkreteren? Ça dépend. Z.B. Hegel fängt die Rechtsphilosophie richtig mit dem Besitz an, als der einfachsten rechtlichen Beziehung des Subjekts. Es existiert aber kein Besitz vor der Familie oder Herrschafts- und Knechtsverhältnissen, die viel konkretere Verhältnisse sind. Dagegen wäre es richtig, zu sagen, daß Familien, Stammesganze existieren, die nur noch *besitzen*, nicht *Eigentum* haben. Die einfachere Kategorie erscheint also als Verhältnis einfacher Familien-oder Stammgenossenschaften im Verhältnis zum Eigentum. In der höheren Gesellschaft erscheint sie als das einfachere Verhältnis einer entwickelteren Organisation. Das konkretere Substrat, dessen Beziehung der Besitz ist, ist aber immer vorausgesetzt. Man kann sich einen einzelnen Wilden besitzend vorstellen. Dann ist aber der Besitz kein Rechtsverhältnis. Es ist unrichtig, daß der Besitz sich historisch zur Familie entwickelt. Er unterstellt vielmehr immer diese "konkretere Rechtskategorie". Indes bliebe dann immer soviel, daß die einfachen Kategorien Ausdruck von Verhältnissen sind, in denen das unentwickelte Konkrete sich realisiert haben mag, ohne noch die vielseitigere Beziehung oder Verhältnis, das in der konkreteren Kategorie geistig ausgedrückt ist, gesetzt zu haben; während das entwickeltere Konkrete dieselbe Kategorie als ein untergeordnetes Verhältnis beibehält. Geld kann existieren und hat historisch existiert, ehe Kapital existierte, ehe Banken existierten, ehe Lohnarbeit existierte etc. Nach dieser Seite hin kann also gesagt werden, daß die einfache Kategorie herrschende Verhältnisse eines unentwickeltern Ganzen oder untergeordnete Verhältnisse eines entwickeltern Ganzen ausdrücken kann, die historisch schon Existenz hatten, ehe das Ganze sich nach der Seite entwickelte, die in einer konkreteren Kategorie ausgedrückt ist. Insofern entspräche der Gang des abstrakten Denkens, das vom Einfachsten zum Kombinierten aufsteigt, dem wirklichen historischen Prozeß.

O método da economia política

/p.633/

(...) aparece – um todo de pensamento –, é o produto de uma cabeça pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível e que difere dos modos de apropriação do mundo que são o artístico, o religioso ou o do espírito prático. Enquanto a cabeça procede de modo somente especulativo, isto é, teoricamente, o sujeito real (*das reale Subjekt*), tanto antes como depois, subsiste, em sua independência, fora dela. Assim, no método teórico também, é preciso que o sujeito, a Sociedade (*das Subjekt, die Gesellschaft*), esteja sempre presente enquanto pressuposição.

Mas, acaso essas categorias simples não têm também uma existência independente, seja histórica, seja natural, anterior à existência das mais concretas? *Ça dépend*. Por exemplo, Hegel começa de modo correto a Filosofia do Direito (*die Rechtsphilosophie*) pela posse, que é a relação juridicamente mais simples de um sujeito de direito (*als der einfachsten rechtlichen Beziehung des Subjekts*), embora não haja posse antes da família e das relações de domínio e servidão, muito mais concretas do que ela. Seria, assim, correto dizer, pelo contrário, que existem famílias, grupos tribais que ainda só **possuem** e não têm **propriedade**. No que se refere à propriedade, a categoria mais simples aparece, então, como relação entre comunidades simples de famílias ou de tribos. Na sociedade superior, ela aparece como a relação mais simples de uma organização mais desenvolvida. O substrato mais concreto, cuja relação é a posse, está, porém, sempre pressuposto. Podemos nos representar um indivíduo silvícola isolado que possui. Mas a posse, no caso, não seria uma relação jurídica. É incorreto dizer que a posse desenvolve-se historicamente até a família, quando, ao contrário, ela sempre pressupõe esta “categoria jurídica mais concreta”. Continua, no entanto, a ser sempre uma verdade que as categorias simples são uma expressão de relações sob as quais o concreto não desenvolvido pode realizar-se, sem ainda ter posto (*ohne noch... gesetzt zu haben*) a relação mais multilateral (*die vielseitigere Beziehung oder Verhältnis*), que é expressa espiritualmente (*geistig*) na categoria mais concreta, ao passo que o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada. O dinheiro pode existir e existiu historicamente, antes de existirem o capital, os bancos, o trabalho assalariado etc. Por esse lado, é também lícito dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo não desenvolvido ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido que já existiam historicamente antes de esse todo se desenvolver por esse lado expresso numa categoria mais concreta. Em tal medida, a marcha do pensamento abstrato, ao se elevar do mais simples ao complexo (*zum Kombinierten*), corresponderia ao processo histórico efetivamente real.

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.634/

Andrerseits kann gesagt werden, daß es sehr entwickelte, aber doch historisch unreifere Gesellschaftsformen gibt, in denen die höchsten Formen der Ökonomie, z.B. Kooperation, entwickelte Teilung der Arbeit etc., stattfinden, ohne daß irgendein Geld existiert, z.B. Peru. Auch bei den slawischen Gemeinwesen tritt das Geld und der es bedingende Austausch nicht oder wenig innerhalb der einzelnen Gemeinwesen hervor, sondern an ihrer Grenze, im Verkehr mit andren, wie es denn überhaupt falsch ist, den Austausch mitten in die Gemeinwesen zu setzen als das ursprünglich konstituierende Element. Er tritt vielmehr im Anfang eher in der Beziehung der verschiedenen Gemeinwesen aufeinander, als für die Mitglieder innerhalb eines und desselben hervor. Ferner: Obgleich das Geld sehr früh und allseitig eine Rolle spielt, so ist es im Altertum doch als herrschendes Element nur einseitig bestimmten Nationen, Handelsnationen, zugewiesen. Und selbst im gebildetsten Altertum, bei Griechen und Römern, erscheint seine völlige Entwicklung, die in der modernen bürgerlichen Gesellschaft vorausgesetzt ist, nur in der Periode ihrer Auflösung. Also diese ganz einfache Kategorie erscheint in ihrer Intensivität nicht historisch als in den entwickeltsten Zuständen der Gesellschaft. Keineswegs alle ökonomischen Verhältnisse durchwatend. Z.B. im Römischen Reich, in seiner größten Entwicklung, blieb Naturalsteuer und Naturallieferung Grundlage. Das Geldwesen eigentlich nur vollständig dort entwickelt in der Armee. Es ergriff auch nie das Ganze der Arbeit. So, obgleich die einfache Kategorie historisch existiert haben mag vor der konkretern, kann sie in ihrer völligen intensiven und extensiven Entwicklung grade einer kombinierten Gesellschaftsform angehören, während die konkretere in einer wenig entwickeltern Gesellschaftsform völliger entwickelt war.

Arbeit scheint eine ganz einfache Kategorie. Auch die Vorstellung derselben in dieser Allgemeinheit – als Arbeit überhaupt – ist uralte. Dennoch, ökonomisch in dieser Einfachheit gefaßt, ist “Arbeit” eine ebenso moderne Kategorie wie die Verhältnisse, die diese einfache Abstraktion erzeugen. Das Monetarsystem z.B. setzt den Reichtum noch ganz objektiv, als Sache außer sich im Geld. Gegenüber diesem Standpunkt war es ein großer Fortschritt, wenn das Manufaktur- oder kommerzielle System aus dem Gegenstand in die subjektive Tätigkeit – die kommerzielle und Manufakturarbeit – die Quelle des Reichtums setzt, aber immer noch bloß diese Tätigkeit selbst in der Begrenztheit als geldmachend auffaßt. Diesem System gegenüber das physiokratische, das eine bestimmte Form der Arbeit – die Agrikultur – als die Reichtum schaffende setzt, und das Objekt selbst nicht mehr in der Verkleidung des Geldes, sondern als Produkt überhaupt, als (...)

O método da economia política

/p.634/

Por outro lado, pode-se dizer que há formas de sociedade muito desenvolvidas e que são, no entanto, historicamente imaturas (*historisch unreifere*), como o Peru, por exemplo, onde ocorrem formas superiores de economia – cooperação, divisão do trabalho etc. –, mas onde não há nenhuma forma de dinheiro. Nas comunidades eslavas, do mesmo modo, o dinheiro e a troca por ele condicionada não aparecem ou aparecem pouco dentro de cada comunidade isoladamente, e sim em suas fronteiras, nas relações de uma comunidade com as outras, de sorte que é falsa, em geral, a tese que faz da troca no interior da comunidade individual, o elemento que originariamente a constitui (*das ursprünglich konstituierende Element*). Ao contrário, ela surge inicialmente na relação entre as comunidades diversas antes que entre seus membros, no interior de uma única e mesma comunidade. E mais: embora o dinheiro exerça desde muito cedo um papel multilateral, na Antiguidade ele só tem o papel de elemento dominante em nações unilateralmente determinadas, a saber, nas nações comerciantes. E, mesmo na parte mais adiantada (*gebildetsten*) da Antiguidade, entre os gregos e os romanos, o seu pleno desenvolvimento – um pressuposto da moderna sociedade burguesa – só se manifesta no período de sua desagregação. Assim, essa categoria totalmente simples, no que diz respeito à sua intensidade, não aparece historicamente, mas nos estádios mais desenvolvidos da sociedade. De modo nenhum, porém, ela atravessa facilmente todas as relações econômicas, e o exemplo é ainda o Império Romano que, mesmo depois de alcançar seu maior desenvolvimento, continua a ter no imposto *in natura* e na prestação *in natura* o seu fundamento. O dinheiro propriamente dito só se desenvolve completamente no exército e nunca se apoderou da totalidade do trabalho. Embora a categoria mais simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, em seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, ela pode pertencer precisamente a uma forma de sociedade complexa (*kombinierten*), enquanto a categoria mais concreta se havia desenvolvido plenamente em uma forma de sociedade pouco desenvolvida.

O trabalho parece ser uma categoria de todo simples; além disso, sua representação, na universalidade do trabalho como tal (*als Arbeit überhaupt*), é, também ela, antiquíssima. Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o “trabalho” é uma categoria tão moderna quanto as relações que produzem essa abstração simples. Por exemplo, o sistema monetário ainda põe a riqueza, de modo inteiramente objetivo (*ganz objektiv*), como coisa fora de si (*als Sache außer sich*), no dinheiro. Em face desse ponto de vista, há um grande progresso na transposição da fonte da riqueza do objeto para a atividade subjetiva (*aus dem Gegenstand in die subjektive Tätigkeit*), feita pelo sistema comercial ou manufatureiro, se bem que uma atividade ainda sempre concebida como limitada a fazer dinheiro. A esse sistema, o fisiocrático opõe uma forma determinada de trabalho – a agricultura – como criadora de riqueza, deixando, assim, o objeto de ser um disfarce do dinheiro, para se tornar produto enquanto tal (*Produkt überhaupt*), como (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.635/

(...) allgemeines Resultat der Arbeit. Dieses Produkt noch der Begrenztheit der Tätigkeit gemäß als immer noch naturbestimmtes Produkt – Agrikulturprodukt, Erdprodukt par excellence.

Es war ein ungeheurer Fortschritt von Adam Smith, jede Bestimmtheit der Reichtum zeugenden Tätigkeit fortzuwerfen – Arbeit schlechthin, weder Manufaktur, noch kommerzielle, noch Agrikulturarbeit, aber sowohl die eine wie die andre. Mit der abstrakten Allgemeinheit der Reichtum schaffenden Tätigkeit nun auch die Allgemeinheit des als Reichtum bestimmten Gegenstandes, Produkt überhaupt, oder wieder Arbeit überhaupt, aber als vergangne, vergegenständlichte Arbeit. Wie schwer und groß dieser Übergang, geht daraus hervor, wie Adam Smith selbst noch von Zeit zu Zeit wieder in das physiokratische System zurückfällt. Nun konnte es scheinen, als ob damit nur der abstrakte Ausdruck für die einfachste und urälteste Beziehung gefunden, worin die Menschen – sei es in welcher Gesellschaftsform immer – als produzierend auftreten. Das ist nach einer Seite hin richtig. Nach der andren nicht. Die Gleichgültigkeit gegen eine bestimmte Art der Arbeit setzt eine sehr entwickelte Totalität wirklicher Arbeitsarten voraus, von denen keine mehr die alles beherrschende ist. So entstehen die allgemeinsten Abstraktionen überhaupt nur bei der reichsten konkreten Entwicklung, wo eines vielen gemeinsam erscheint, allen gemein. Dann hört es auf, nur in besondrer Form gedacht werden zu können. Andererseits ist diese Abstraktion der Arbeit überhaupt nicht nur das geistige Resultat einer konkreten Totalität von Arbeiten. Die Gleichgültigkeit gegen die bestimmte Arbeit entspricht einer Gesellschaftsform, worin die Individuen mit Leichtigkeit aus einer Arbeit in die andre übergehen und die bestimmte Art der Arbeit ihnen zufällig, daher gleichgültig ist.

Die Arbeit ist hier nicht nur in der Kategorie, sondern in der Wirklichkeit als Mittel zum Schaffen des Reichtums überhaupt geworden und hat aufgehört, als Bestimmung mit den Individuen in einer Besonderheit verwachsen zu sein. Ein solcher Zustand ist am entwickeltsten in der modernsten Daseinsform der bürgerlichen Gesellschaften – den Vereinigten Staaten. Hier also wird die Abstraktion der Kategorie “Arbeit”, “Arbeit überhaupt”, Arbeit sans phrase, der Ausgangspunkt der modernen Ökonomie, erst praktisch wahr. Die einfachste Abstraktion also, welche die moderne Ökonomie an die Spitze stellt und die eine uralte und für alle Gesellschaftsformen gültige Beziehung ausdrückt, erscheint doch nur in dieser Abstraktion praktisch wahr als Kategorie der modernsten Gesellschaft. Man könnte sagen, was in den Vereinigten Staaten als historisches Produkt, erscheine bei den Russen z.B. – diese Gleichgültigkeit gegen die bestimmte Arbeit – als naturwüchsige

O método da economia política

/p.635/

(...) resultado geral do trabalho. Esse produto, dados os limites dessa atividade, é ainda sempre um produto determinado da Natureza: produto agrícola, produto da terra *par excellence*.

Houve um imenso progresso, quando Adam Smith afastou todo determinismo (*Bestimmtheit*) da atividade criadora da riqueza: o trabalho pura e simplesmente e não já o manufatureiro ou o comercial ou o agrícola, mas tanto um quanto o outro. Paralela a essa universalidade da atividade criadora da riqueza aparece agora também a universalidade do objeto da riqueza, determinado como produto como tal ou, de igual modo, como trabalho enquanto tal, só que trabalho passado, trabalho objetivado (*aber als vergangne, vergegenständlichte Arbeit*). Um passo difícil e importante, pois o próprio Adam Smith às vezes regride ao sistema fisiocrático, como se o que foi encontrado fosse apenas a expressão abstrata da relação mais simples e mais antiga em que os homens sempre ingressam enquanto produtores, qualquer que seja a forma de sociedade. Isto é, de um lado, correto, de outro, não. A indiferença em relação a uma espécie determinada de trabalho pressupõe a existência efetiva de uma totalidade muito desenvolvida de espécies de trabalho, onde já nenhuma delas predomina sobre todas as outras. Assim, as abstrações mais gerais só surgem como tais no desenvolvimento concreto mais rico, onde o que é comum a muitos aparece como comum a todos. Desaparece, então, a possibilidade de se pensar em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho como tal não é apenas o resultado espiritual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam facilmente de um trabalho a outro, tornando-se-lhes fortuita e, portanto, indiferente a espécie determinada de trabalho.

O trabalho, aqui, não está somente na categoria, tornou-se uma realidade efetiva como meio de criação da riqueza em geral e deixou de ser uma determinação vinculada ao que os indivíduos têm de peculiar. Estado de coisas que se encontra mais desenvolvido, na mais moderna forma de existência das sociedades burguesas, nos Estados Unidos. Apenas ali, a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sans phrase*, ponto de partida da economia moderna, torna-se praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples – que a Economia moderna coloca acima de todas e que exprime uma relação antiquíssima, válida para todas as formas de sociedade – somente se manifesta, porém, nessa abstração praticamente verdadeira, como categoria da mais moderna sociedade. Dir-se-ia que o que se manifesta nos Estados Unidos como um produto histórico – a indiferença em relação ao trabalho determinado – aparece, por exemplo, entre os russos, como uma disposição (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.636/

Anlage. Allein einmal verteufelter Unterschied, ob Barbaren Anlage haben, zu allem verwandt zu werden, oder ob Zivilisierte sich selbst zu allem verwenden. Und dann entspricht praktisch bei den Russen dieser Gleichgültigkeit gegen die Bestimmtheit der Arbeit das traditionelle Festgerittensein in eine ganz bestimmte Arbeit, woraus sie nur durch Einflüsse von außen herausgeschleudert werden.

Dies Beispiel der Arbeit zeigt schlagend, wie selbst die abstraktesten Kategorien, trotz ihrer Gültigkeit – eben wegen ihrer Abstraktion – für alle Epochen, doch in der Bestimmtheit dieser Abstraktion selbst ebenso sehr das Produkt historischer Verhältnisse sind und ihre Vollgültigkeit nur für und innerhalb dieser Verhältnisse besitzen.

Die bürgerliche Gesellschaft ist die entwickeltste und mannigfaltigste historische Organisation der Produktion. Die Kategorien, die ihre Verhältnisse ausdrücken, das Verständnis ihrer Gliederung, gewährt daher zugleich Einsicht in die Gliederung und die Produktionsverhältnisse aller der untergegangenen Gesellschaftsformen, mit deren Trümmern und Elementen sie sich aufgebaut, von denen teils noch unüberwundene Reste sich in ihr fortschleppen, bloße Andeutungen sich zu ausgebildeten Bedeutungen entwickelt haben etc. Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen. Die Andeutungen auf Höres in den untergeordneten Tierarten können dagegen nur verstanden werden, wenn das Höhere selbst schon bekannt ist. Die bürgerliche Ökonomie liefert so den Schlüssel zur antiken etc. Keineswegs aber in der Art der Ökonomen, die alle historischen Unterschiede verwischen und in allen Gesellschaftsformen die bürgerlichen sehen. Man kann Tribut, Zehnten etc. verstehn, wenn man die Grundrente kennt. Man muß sie aber nicht identifizieren. Da ferner die bürgerliche Gesellschaft selbst nur eine gegensätzliche Form der Entwicklung, so werden Verhältnisse früherer Formen oft nur ganz verkümmert in ihr anzutreffen sein, oder gar travestiert. Z.B. Gemeindegut. Wenn daher wahr ist, daß die Kategorien der bürgerlichen Ökonomie eine Wahrheit für alle andren Gesellschaftsformen besitzen, so ist das nur cum grano salis zu nehmen. Sie können dieselben entwickelt, verkümmert, karikiert etc. enthalten, immer in wesentlichem Unterschied. Die sogenannte historische Entwicklung beruht überhaupt darauf, daß die letzte Form die vergangnen als Stufen zu sich selbst betrachtet und, da sie selten und nur unter ganz bestimmten Bedingungen fähig ist, sich selbst zu kritisieren – es ist hier natürlich nicht von solchen historischen Perioden die Rede, die sich (...)

O método da economia política

/p.636/

(...) natural. Só que há uma diferença dos diabos entre, de um lado, bárbaros dispostos a aceitar que os empreguem em tudo e, do outro, civilizados que em tudo se empregam por si mesmos. Essa indiferença dos russos diante da determinabilidade do trabalho corresponde, na prática, à sua tradicional sujeição a um trabalho totalmente determinado, de onde só são retirados por uma influência externa.

O exemplo do trabalho mostra, de modo convincente, que, embora possuam validade em todas as épocas – em virtude justamente de sua abstração –, mesmo as categorias mais abstratas, na determinidade de sua abstração, são um produto de relações históricas e só possuem plena validade (*ihre Vollgültigkeit*) para tais relações e no seu interior.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e a mais múltipla (*mannigfaltigste*). As categorias que exprimem suas relações e a compreensão de sua articulação garantem, ao mesmo tempo, uma percepção que penetra na estrutura e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujas ruínas e cujos elementos a sociedade burguesa foi edificada e que nela em parte subsistem, como restos invictos, meros sinais que se desenvolveram para constituir significações completas etc. A anatomia do homem é uma chave para a do macaco. Os indícios que, nas espécies animais inferiores, apontam para o que é superior a elas, só podem ser entendidos quando a própria espécie superior já é conhecida. Assim, a economia burguesa fornece a chave da Antiguidade etc. Mas, de maneira nenhuma, à maneira dos economistas, que cancelam todas as diferenças históricas e em todas as formas de sociedade enxergam a forma burguesa. Pode-se entender o tributo, o dízimo, quando se conhece a renda fundiária. Mas não há que identificar uns com os outros. Além disso, a sociedade burguesa, ela mesma, não é senão uma forma antagonica de desenvolvimento, as relações de formas de sociedade anteriores com frequência nela se encontram, ou já de todo estioladas ou mesmo travestidas, caso da propriedade comunal (*Gemeindeeigentum*), por exemplo. Por isso, se é verdade que as categorias da Economia burguesa possuem uma validade para todas as outras formas de sociedade, trata-se de uma verdade que deve ser aceita só *cum grano salis*. Elas podem conter as outras formas ou desenvolvidas ou estioladas ou caricaturadas etc., mas sempre segundo uma diferença essencial. O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de que a última forma considera as formas passadas como degraus que a ela conduzem. E, sendo raro e só sob condições bem determinadas que ela seja capaz de criticar-se a si mesma (*da sie [...], fähig ist, sich selbst zu kritisieren*) – não falamos naturalmente dos períodos históricos que a si (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.637/

(...) selbst als Verfallzeit vorkommen –, sie immer einseitig auffaßt. Die christliche Religion war erst fähig, zum objektiven Verständnis der frühern Mythologien zu verhelfen, sobald ihre Selbstkritik zu einem gewissen Grad sozusagen *dynamei* fertig war. So kam die bürgerliche Ökonomie erst zum Verständnis der feudalen, antiken, Orientalen, sobald die Selbstkritik der bürgerlichen Gesellschaft begonnen. Soweit die bürgerliche Ökonomie nicht mythologisierend sich rein identifiziert mit dem Vergangnen, glich ihre Kritik der frühern, namentlich der feudalen, mit der sie noch direkt zu kämpfen hatte, der Kritik, die das Christentum am Heidentum, oder auch der Protestantismus am Katholizismus ausübte.

Wie überhaupt bei jeder historischen, sozialen Wissenschaft, ist bei dem Gange der ökonomischen Kategorien immer festzuhalten, daß, wie in der Wirklichkeit, so im Kopf, das Subjekt, hier die moderne bürgerliche Gesellschaft, gegeben ist, und daß die Kategorien daher Daseinsformen, Existenzbestimmungen, oft nur einzelne Seiten dieser bestimmten Gesellschaft, dieses Subjekts, ausdrücken, und daß sie daher auch *wissenschaftlich* keineswegs da erst anfängt, wo nun von ihr *als solcher* die Rede ist. Dies ist festzuhalten, weil es gleich über die Einteilung Entscheidendes zur Hand gibt. Z.B. nichts scheint naturgemäßer, als mit der Grundrente zu beginnen, dem Grundeigentum, da es an die Erde, die Quelle aller Produktion und allen Daseins, gebunden ist, und an die erste Produktionsform aller einigermaßen befestigten Gesellschaften – die Agrikultur. Aber nichts wäre falscher. In allen Gesellschaftsformen ist es eine bestimmte Produktion, die allen übrigen, und deren Verhältnisse daher auch allen übrigen, Rang und Einfluß anweist. Es ist eine allgemeine Beleuchtung, worin alle übrigen Farben getaucht sind und [die] sie in ihrer Besonderheit modifiziert. Es ist ein besondrer Äther, der das spezifische Gewicht alles in ihm hervorstehenden Daseins bestimmt. Z.B. bei Hirtenvölkern. (Bloße Jäger- und Fischervölker liegen außer dem Punkt, wo die wirkliche Entwicklung beginnt.) Bei ihnen kommt gewisse Form des Ackerbaus vor, sporadische. Das Grundeigentum ist dadurch bestimmt. Es ist gemeinsames und hält diese Form mehr oder minder bei, je nachdem, ob diese Völker mehr oder minder noch an ihrer Tradition festhalten, z.B. das Gemeindeeigentum der Slawen. Bei Völkern von festsitzendem Ackerbau – dies Festsitzen schon große Stufe –, wo dieser vorherrscht wie bei den Antiken und Feudalen, hat selbst die Industrie und ihre Organisation und die Formen des Eigentums, die ihr entsprechen, mehr oder minder grund (...)

O método da economia política

/p.637/

(...) mesmos se consideram épocas de decadência – sua percepção é sempre unilateral. A religião cristã só foi capaz de contribuir para uma compreensão objetiva das mitologias anteriores quando terminou, em certo grau, por assim dizer, *dynamei* (potencialmente) sua autocrítica (*ihre Selbstkritik*). De igual maneira, a Economia (*Ökonomie*) burguesa só chegou a compreender a feudal, a antiga, a oriental assim que se iniciou a autocrítica da sociedade burguesa. Na medida em que a Economia burguesa não mitologizou (*mythologisierend*), identificando-se com o passado, sua crítica das sociedades anteriores – nomeadamente da feudal, contra a qual ainda tinha de lutar diretamente – foi comparável à crítica do cristianismo ao paganismo ou mesmo do protestantismo ao catolicismo.

Do mesmo modo que em toda ciência histórica ou social, em geral também no que se refere à marcha das categorias econômicas, é preciso ter presente e de modo firme que o sujeito, a saber, a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade efetiva como na cabeça; que as categorias são, assim, formas de existir, determinações de existência (*Daseinsformen, Existenzbestimmungen*), e com frequência só exprimem aspectos particulares e isolados (*einzelne Seiten*) dessa sociedade determinada, desse sujeito (*dieser bestimmten Gesellschaft, dieses Subjekts*); e que, também do ponto de vista científico, de maneira nenhuma ela só começa no momento em que se trata dela como tal. É preciso ter isto presente, porque põe de imediato em nossas mãos o que há de decisivo na divisão da matéria. Por exemplo, nada parece mais natural do que começar pela renda fundiária, pela propriedade do solo, dada a sua ligação com a terra, fonte de toda produção e de toda existência e, pois, com a primeira forma de produção de todas as sociedades que, de alguma maneira, tornaram-se estáveis – a agricultura. Entretanto, nada seria mais falso. Em todas as formas de sociedade há uma determinada produção que designa a posição respectiva e a influência de todas as outras e de suas relações. É como que uma iluminação geral a banhar todas as cores, modificando-as em sua particularidade, um éter particular determinando o peso específico de toda existência que ganhe relevo. Por exemplo, entre os povos pastores (os meros caçadores e pescadores ficam fora do ponto em que principia o desenvolvimento), ocorre certa forma esporádica de agricultura e a propriedade fundiária é por ela determinada: ela é comum e conserva mais ou menos essa forma, dependendo de que esses povos mantenham mais ou menos a sua tradição, por exemplo, a propriedade comunal dos eslavos. Entre povos de agricultura firmemente assentada – o assentamento já constitui uma fase de grande importância – onde ela predomina, como entre os antigos e os feudais, a própria indústria, sua organização e as formas respectivas de propriedade têm, mais ou menos, o caráter de propriedade (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.638/

(...) -eigentümlichen Charakter, ist entweder ganz von ihm abhängig wie bei den ältern Römern oder, wie im Mittelalter, ahmt die Organisation des Landes in der Stadt und in ihren Verhältnissen nach. Das Kapital selbst im Mittelalter – soweit es nicht reines Geldkapital ist – als traditionelles Handwerkszeug etc. etc. hat diesen grundeigentümlichen Charakter. In der bürgerlichen Gesellschaft ist es umgekehrt. Die Agrikultur wird mehr und mehr ein bloßer Industriezweig und ist ganz vom Kapital beherrscht. Ebenso die Grundrente. In allen Formen, worin das Grundeigentum herrscht, die Naturbeziehung noch vorherrschend. In denen, wo das Kapital herrscht, das gesellschaftlich, historisch geschaffne Element. Die Grundrente kann nicht verstanden werden ohne das Kapital. Das Kapital aber wohl ohne die Grundrente. Das Kapital ist die alles beherrschende ökonomische Macht der bürgerlichen Gesellschaft. Es muß Ausgangspunkt wie Endpunkt bilden und vor dem Grundeigentum entwickelt werden. Nachdem beide besonders betrachtet sind, muß ihre Wechselbeziehung betrachtet werden.

Es wäre also untubar und falsch, die ökonomischen Kategorien in der Folge aufeinander folgen zu lassen, in der sie historisch die bestimmenden waren. Vielmehr ist ihre Reihenfolge bestimmt durch die Beziehung, die sie in der modernen bürgerlichen Gesellschaft aufeinander haben, und die genau das umgekehrte von dem ist, was als ihre naturgemäße erscheint oder der Reihe der historischen Entwicklung entspricht. Es handelt sich nicht um das Verhältnis, das die ökonomischen Verhältnisse in der Aufeinanderfolge verschiedener Gesellschaftsformen historisch einnehmen. Noch weniger um ihre Reihenfolge “in der Idee” (*Proudhon*) (einer verschwimmten Vorstellung der historischen Bewegung). Sondern um ihre Gliederung innerhalb der modernen bürgerlichen Gesellschaft.

Die Reinheit (abstrakte Bestimmtheit), in der die Handelsvölker – Phönizier, Karthaginer – in der alten Welt erschienen, ist eben durch das Vorherrschen der Agrikulturvölker selbst gegeben. Das Kapital als Handels- oder Geldkapital erscheint eben in dieser Abstraktion, wo das Kapital noch nicht das beherrschende Element der Gesellschaften ist. Lombarden, Juden nehmen dieselbe Stellung gegenüber den Agrikultur treibenden mittelalterlichen Gesellschaften ein.

Als weiteres Beispiel der verschiedenen Stellung, die dieselben Kategorien in verschiedenen Gesellschaftsstufen einnehmen: Eine der letzten Formen der bürgerlichen Gesellschaft: *joint-stock-companies*. Erscheinen aber auch (...)

O método da economia política

/p.638/

(...) fundiária. A indústria depende totalmente da agricultura, como entre os romanos antigos, ou imita nas cidades e nas relações urbanas a organização do campo, como na Idade Média. Na Idade Média, o próprio capital – na medida em que não é puro capital em dinheiro – como instrumento do artesanato tradicional etc., possui caráter de propriedade fundiária. Na sociedade burguesa ocorre o inverso: cada vez mais a agricultura se torna mero ramo da indústria e é dominada inteiramente pelo capital. O mesmo com a renda fundiária: em todas as formas em que a renda fundiária domina, predomina ainda a relação com a natureza, e onde o capital domina, prevalece o elemento social e historicamente criado. Sem o capital, a renda fundiária não pode ser compreendida, ao passo que, sem ela, o capital pode sê-lo muito bem. O capital é a força que tudo domina na sociedade burguesa. Deve constituir tanto o ponto de partida como o de chegada e sua exposição deve ser desenvolvida antes da propriedade fundiária. Após a consideração particular de um e outra, é preciso considerar a relação recíproca de ambos.

Seria, além de impossível, falso ordenar as categorias econômicas na sucessão em que foram historicamente determinantes. Sua ordem é antes determinada pela relação que elas mantêm entre si, na sociedade burguesa moderna, precisamente o inverso do que parece ser a sua ordem natural ou a correspondente sucessão do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que se estabelece historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diversas formas de sociedade e menos ainda da sua ordem “na ideia” (Proudhon) (uma representação confusa do movimento histórico), e sim de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna.

A pureza (a determinidade abstrata) (*abstrakte Bestimmtheit*) com que os povos comerciantes – fenícios, cartagineses – surgem no Mundo Antigo ocorre, também ela, mediante (*durch*) o predomínio (*das Vorherrschen*) dos povos agricultores. Como capital comercial ou capital em dinheiro, o capital manifesta-se precisamente nessa abstração, onde ele ainda não é o elemento dominante da sociedade. Os lombardos, os judeus, ocupam a mesma situação diante das sociedades agrícolas medievais.

É mais um exemplo da situação diversa que as mesmas categorias assumem em etapas diversas da sociedade (*Gesellschaftsstufen*): uma das últimas formas da sociedade burguesa, a forma das *sociedades por ações* (*joint-stock-companies*) aparece, no entanto, também (...)

Die Methode der politischen Ökonomie

/p.639/

im Beginn derselben in den großen privilegierten und mit Monopol versehenen Handelskompanien.

Der Begriff des Nationalreichtums selbst schleicht sich bei den Ökonomen des 17. Jahrhunderts so ein – eine Vorstellung, die noch zum Teil bei denen des 18. fortgeht –, daß bloß für den Staat der Reichtum geschaffen wird, seine Macht aber im Verhältnis zu diesem Reichtum steht. Es war dies noch unbewußt heuchlerische Form, worin sich der Reichtum selbst und die Produktion desselben als Zweck der modernen Staaten ankündigt und sie nur noch als Mittel zur Produktion des Reichtums betrachtet.

Die Einteilung offenbar so zu machen, daß 1. die allgemein abstrakten Bestimmungen, die daher mehr oder minder allen Gesellschaftsformen zukommen, aber im oben auseinandergesetzten Sinn. 2. die Kategorien, die die innre Gliederung der bürgerlichen Gesellschaft ausmachen und worauf die fundamentalen Klassen beruhn. Kapital, Lohnarbeit, Grundeigentum. ihre Beziehung zueinander. Stadt und Land. Die drei großen gesellschaftlichen Klassen. Austausch zwischen denselben. Zirkulation. Kreditwesen (privat). 3. Zusammenfassung der bürgerlichen Gesellschaft in der Form des Staats. In Beziehung zu sich selbst betrachtet. Die “unproduktiven” Klassen. Steuern. Staatsschuld. Öffentlicher Kredit. Die Bevölkerung. Die Kolonien. Auswanderung. 4. internationales Verhältnis der Produktion. Internationale Teilung der Arbeit. Internationaler Austausch. Aus- und Einfuhr. Wechselkurs. 5. Der Weltmarkt und die Krisen.

O método da economia política

/p.639/

(...) no início da sociedade burguesa, nas grandes companhias comerciais, privilegiadas e monopolistas.

O próprio conceito de riqueza nacional só lentamente penetra na ciência econômica do século XVII – representação que subsiste, em parte, entre os economistas do século XVIII –; a riqueza é produzida meramente para o Estado e seu poderio (*Macht*) é proporcional a ela. Era a fórmula, ainda inconscientemente hipócrita, em que se anunciava que a própria riqueza e sua produção são a meta dos Estados modernos, considerados exclusivamente como meios de produzir riqueza.

É manifesto que a matéria deve ser dividida como segue: 1. As determinações gerais abstratas que convêm, por isso, mais ou menos, a todas as formas de sociedade, porém no sentido exposto anteriormente. 2. As categorias constitutivas da articulação interna da sociedade burguesa, sobre as quais as classes fundamentais repousam. O capital, o trabalho assalariado, a propriedade fundiária. Suas relações recíprocas. A cidade e o campo. As três grandes classes sociais. O intercâmbio entre elas. A circulação. O crédito (privado). 3. A concentração da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado na sua relação consigo próprio. As classes “improdutivas”. O imposto. A dívida do Estado. O crédito público. A população. As colônias. A emigração. 4. A relação internacional de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. O curso do câmbio. 5. O mercado mundial e as crises.

MORAES, João Quartim de. O método da economia política, Karl Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.30, 2010, p.103-125.

Palavras-chave: Método; Economia política; Epistemologia; Marx.